



A efetividade das políticas públicas climáticas no Brasil frente às mudanças climáticas contemporâneas

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Laysa Larissa De Carvalho Marcelino

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

As mudanças climáticas configuram um dos maiores desafios contemporâneos, impondo aos Estados a adoção de medidas eficazes para mitigação e adaptação aos seus efeitos. No Brasil, a tutela do meio ambiente ecologicamente equilibrado possui status de direito fundamental, conforme previsto no art. 225 da Constituição Federal. Nesse contexto, o Direito Climático emerge como ramo essencial para disciplinar políticas públicas voltadas à sustentabilidade. Contudo, observa-se uma discrepância entre a previsão normativa e a efetiva implementação dessas políticas, revelando entraves estruturais, institucionais e políticos. Assim, problematiza-se a real efetividade das políticas públicas climáticas brasileiras diante da intensificação dos impactos ambientais.

Objetivo

Analisar a efetividade das políticas públicas climáticas no Brasil, verificando sua capacidade de enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas e identificar possíveis falhas na sua implementação.

Material e Métodos

A pesquisa possui natureza qualitativa, com abordagem exploratória e explicativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental. Foram analisados dispositivos constitucionais, legislações infraconstitucionais e normas relacionadas à política ambiental e climática brasileira. Ademais, utilizou-se o método dedutivo, partindo de premissas gerais do Direito Ambiental e do Direito Climático para a compreensão da realidade brasileira. A pesquisa também se fundamenta em doutrina especializada e na análise de dados secundários, com o objetivo de identificar os principais entraves à efetividade das políticas públicas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Resultados e Discussão

Verificou-se que, embora o Brasil possua um arcabouço normativo robusto em matéria ambiental e climática, a efetividade das políticas públicas é comprometida por fatores como a descontinuidade administrativa, a fragilidade na fiscalização e a insuficiência de mecanismos de implementação. A ausência de integração entre os entes federativos e a baixa prioridade política atribuída à agenda climática também contribuem para a ineficácia das medidas adotadas. Ademais, constatou-se que a atuação estatal, em muitos casos, revela-se insuficiente para

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



garantir a proteção ambiental adequada, o que intensifica os impactos sociais e econômicos das mudanças climáticas, sobretudo sobre populações vulneráveis.

Conclusão

Conclui-se que as políticas públicas climáticas no Brasil apresentam limitações significativas quanto à sua efetividade, exigindo maior comprometimento institucional, fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e integração entre os entes federativos, a fim de assegurar a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Édis Milaré. Direito do Ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Paulo Affonso Leme Machado. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros.

José Rubens Morato Leite; Patryck de Araújo Ayala. Direito Ambiental na Sociedade de Risco.

Ingo Wolfgang Sarlet; Tiago Fensterseifer. Direito Constitucional Ambiental.

Vladimir Passos de Freitas. Direito Administrativo e Meio Ambiente.

Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate Change Reports.

Organização das Nações Unidas. Acordo de Paris sobre Mudança do Clima, 2015.